

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.858 - SP (2019/0093910-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : **GOLDFARB 7 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)**
ADVOGADOS : **YUN KI LEE - SP131693**
FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
NATALIA CIRELLO PAN CHACON - SP314862
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO - RS**
INTERES. : **CONDOMINIO RESIDENCIAL VALE DAS FIGUEIRAS**
ADVOGADO : **FLÁVIO DA SILVA ELIAS - RS087145**

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por GOLDFARB 7 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e OUTROS, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE NOVO HAMBURGO - RS, no qual tramita a execução n.º 0037821-97.2015.8.21.0019 movida por CONDOMINIO RESIDENCIAL VALE DAS FIGUEIRAS.

As suscitantes postulam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o seu patrimônio, a suspensão do cumprimento de sentença em trâmite na Justiça Cível de Novo Hamburgo, bem assim a declaração da competência do Juízo Estadual suscitado.

É o breve relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Em análise perfunctória, própria deste momento processual, não vislumbro a presença dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida liminar pleiteada.

Isso porque não houve a demonstração da iminência ou da efetiva prática de atos de constrição patrimonial dirigidos às suscitantes.

Consta dos autos, apenas, decisão do juízo de primeiro grau asseverando que *"tendo em vista a natureza propter rem do crédito, o qual se classifica como despesa da administração do ativo, não se sujeitando, portanto, à habilitação no quadro geral de credores, o feito executivo deve prosseguir"* (e-STJ, fl. 232).

De qualquer forma, entendo ser prudente, para o deslinde da controvérsia, a ciência exata das circunstâncias fáticas atuais das ações que tramitam perante os juízos suscitados, o que será possível mediante o envio das informações ora requisitadas.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Requisitem-se informações aos Juízos suscitados, no prazo de 10 dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre a execução de créditos promovida por CONDOMINIO RESIDENCIAL VALE DAS FIGUEIRAS reconhecidos na execução n.º 0037821-97.2015.8.21.0019 em trâmite perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Novo Hamburgo - RS.

Comunique-se, com urgência.

Após, dê-se vista ao MPF (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198). Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator